

O barão do Rio Branco e a escrita periódica na década de 1870: páginas de uma trajetória intelectual¹

The baron of Rio Branco and periodical writing in the 1870s: pages from an intellectual trajectory

Elizabeth Santos de Carvalho

Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil
Doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
scarvalho.eliza@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0005-8045-1542>
<http://lattes.cnpq.br/7488602476555072>

¹ O presente artigo corresponde a uma versão ampliada e revista de parte do terceiro capítulo da minha tese de doutorado, defendida em abril de 2024. (SANTOS, 2024)

Resumo: A atuação na imprensa fazia parte do processo de formação da elite letrada do Oitocentos, de modo a complementar a instrução formal. Experiência que proporcionava a familiarização com a escrita periódica e demonstrava o potencial dessa prática como instrumento de ação política. Diante desse contexto, analiso a participação de Paranhos Júnior, o futuro barão do Rio Branco, no jornal *A Nação*, na década de 1870. Este exame tem como objetivo recuperar aspectos da sua trajetória, visto que essa produção é representativa do personagem multifacetado, permitindo observar a sua inserção no cenário político através da palavra escrita, onde a atividade como jornalista dialoga com suas pesquisas históricas. As nuances dessa escrita contribuem para uma proposta biográfica construída a partir da produção intelectual do barão do Rio Branco, avançando, assim, por uma perspectiva até então pouco explorada.

Palavras-Chave: Barão do Rio Branco; Imprensa no Oitocentos; Trajetória Intelectual

Abstract: Working in the press was part of the training process of the literate elite of the 19th century, in order to complement formal education. This experience provided familiarization with periodical writing and demonstrated the potential of this practice as an instrument of political action. In this context, I analyze the participation of Paranhos Júnior, the future baron of Rio Branco, in the newspaper *A Nação*, in the 1870s. This analysis aims to recover aspects of his trajectory, as this production represents his diverse aspects. This allows us to observe his insertion in the political scene through written word, in which his activity as a journalist dialogues with his historical research. The nuances of this writing contribute to a biographical proposal built from the intellectual production of the baron of Rio Branco, thus advancing through a poorly explored perspective.

Key-words: Barão do Rio Branco; Press in the 19th Century; Intellectual Trajectory

*“A imprensa, porém, como disse alguém, é uma dama de quem jamais se pode inteiramente fugir
aquele que uma vez lhe provou os encantos.”*

Barão do Rio Branco, 1881.

Introdução

Na passagem em destaque Paranhos Júnior reflete sobre os encantos da imprensa que pareciam capturar aqueles que experimentavam a escrita periódica. O trecho pertence à biografia dedicada à trajetória política de seu pai, o visconde do Rio Branco, e se refere ao momento em que ele havia deixado a redação do *Correio Mercantil* e iniciado a sua colaboração com o *Jornal do Commercio*.² De certa forma, a citação também fala sobre o fascínio que a atividade exercia sobre seus próprios interesses. Àquela época, o mesmo encanto já havia seduzido Juca Paranhos, e tal como sentenciava, ele manteria contínua e estreita relação com os periódicos de seu tempo.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido como o barão do Rio Branco (1845-1912), alcançou grande projeção a partir das questões que defendeu em arbitragem internacional. Os laudos favoráveis ao governo brasileiro em disputa com a Argentina em 1895, e com a França em 1900, garantiram a definição de fronteiras na região sul e norte do país. Estas vitórias contribuíram para sua indicação ao Ministério das Relações Exteriores, tendo permanecido à frente do Itamaraty entre os anos de 1902 e 1912. Em todos esses momentos articulou a colaboração com jornais de grande circulação, contando com valiosa rede de cooperação.³

Assim, a escrita periódica constitui um dos elementos que configuram a produção intelectual do barão do Rio Branco, mas ela não se restringe ao período destacado, usualmente privilegiado por seus biógrafos. Foi nos anos da Faculdade de Direito que estreou com a publicação de artigos sobre temas históricos⁴ e logo passou a escrever em órgãos da imprensa. Seus percursos anteriores e os textos que produziu costumam ser abordados de modo acessório,

² Paranhos Júnior redigiu a biografia do visconde do Rio Branco por volta de 1881, no entanto não a publicou. O texto só foi divulgado após a sua morte, sendo impresso pela primeira vez na *Revista Americana* entre dez./1916 e jul./1918.

³ Além da abordagem geral sobre a atuação de Rio Branco na imprensa, presente nas biografias de Álvaro Lins (1945), Luiz Viana Filho (1959) e Luís Cláudio Villafañe (2018), destaca-se o texto de Elmano Cardim (1945) e mais recentemente o trabalho de Renato Saiani (2018).

⁴ Paranhos Júnior já havia publicado os esboços biográficos de *Luís Pereira Barroso* (1862) e de *José de Abreu, o barão do Cerro Largo* (1868), além dos artigos intitulados *Episódios da guerra do Prata* (1864).

para justificar a interpretação predominante do “Deus Terminus” das fronteiras, centrada em preceitos da política externa.

Ao analisar a atuação de Paranhos Júnior na imprensa na década de 1870,⁵ ou seja, antes de ingressar nos quadros do Itamaraty, o presente artigo tem como objetivo reconstruir aspectos da sua trajetória que contribuem para compreender suas escolhas e afinidades e permite examinar a sua inserção no cenário político através da palavra escrita, onde a atividade como jornalista dialoga com as pesquisas históricas que desenvolvia.

Vale ressaltar que esta análise se insere na perspectiva de uma proposta biográfica estruturada a partir da produção intelectual de Rio Branco, que visa examinar a trajetória cumprida pelo barão de maneira a “interrogar os percursos intelectuais” e “reviver os múltiplos itinerários”⁶ configurando uma alternativa à matriz discursiva em que sobressai a imagem do estadista.⁷ Logo, a análise da atuação de Rio Branco na imprensa no referido contexto, em interface com sua história de vida, envolve inúmeras questões de âmbito intelectual e pessoal, de forma a constituir uma trama que acompanha os interesses do barão, conforme articulados e impressos nos seus textos (GAUKROGER, 1999).⁸ Nota-se que estes trabalhos não são considerados mero produto do meio, abordagem que poderia pulverizar o indivíduo e suas singularidades, incorrendo em riscos de reducionismos e combinações indevidas (GAUKROGER, 1999).

O exame dos textos que produziu para o jornal *A Nação*, demonstra a forma como Paranhos Júnior articulou o conhecimento histórico como importante recurso retórico do seu discurso. A retórica em Rio Branco não se caracterizou pelo emprego de ornamentos estilísticos excessivos que notabilizavam o discurso brasileiro em boa parte do Oitocentos (CARVALHO, 2000). Mas, sim, pela perspectiva da “arte de persuadir pelo discurso” (REBOUL, 2004: XIV), que

⁵ Para o levantamento inicial utilizei as coletâneas dos textos de Rio Branco (2012), mas logo percebi a importância de consultar as coleções dos periódicos. Desse modo, foi possível conhecer e analisar características dos jornais e identificar outros conteúdos que podem ser atribuídos ao barão, conforme exposto ao longo do artigo.

⁶ Questões que fazem parte da formulação sobre biografia intelectual proposta por François Dosse em seus projetos dedicados a Paul Ricoeur (1997), Michel de Certeau (2002) e Pierre Nora (2011).

⁷ François Dosse encerra o livro *O desafio biográfico* com um capítulo específico dedicado à Biografia Intelectual. A análise, a partir da associação de trajetórias e produções intelectuais, é posta como uma forma de escrita biográfica do “homem de ideias”. Identificada, inicialmente, com estudos sobre filósofos e suas obras, tem ampliado as possibilidades de análise que se estendem a outros campos. (DOSSE, 2009: 361-403).

⁸ Sobre este aspecto destaco a contribuição do trabalho de Stephen Gaukroger sobre René Descartes, em que propõe “[...] uma biografia intelectual é algo que lança luz sobre os interesses intelectuais do biografado, não só procurando estabelecer uma sequência ou uma ordem cronológica nesses interesses, mas tentando estabelecer uma lógica para eles, em termos das motivações afetivas do sujeito e em termos do contexto cultural e intelectual específico em que tais motivações foram moldadas e deram frutos.” (GAUKROGER, 1999: 11).

congrega a articulação de argumentos e de estilo, em que a retórica se transforma em um “instrumento cotidiano de argumentação e persuasão” (CARVALHO, 2000: 134).

Interessante observar também que esses textos preservam relações diretas com artigos que havia publicado anos antes, em que fica evidente seu interesse pela história militar e pelos conflitos da região do Rio da Prata. Questões recorrentes nos artigos dedicados a temas de política externa em pauta naqueles anos.

Ao retornar do *grand tour* pela Europa, realizado após a formação como bacharel, viagem que, aliás, era comum entre os membros da elite imperial, Paranhos Júnior oscilou entre algumas funções públicas até garantir a sua colocação como deputado pelo Mato Grosso, em 1868, mandato conquistado graças ao apoio do seu pai, o Conselheiro Paranhos, que era senador pela mesma província. Diante da falta de identificação com a atividade parlamentar, Juca Paranhos cumpria suas obrigações, sem que o desempenho na tribuna se mostrasse muito promissor. Nesse momento sobressai a sua participação na imprensa, tendo ampliado sua atuação como jornalista, atividade que manteve ativa em folhas da Corte até sua designação como cônsul-geral em Liverpool (1876). Posteriormente, colaborou com diferentes jornais, chegando a participar diretamente de alguns projetos, tendo explorado as possibilidades de escrita que eram oferecidas.⁹

O jornalismo figurava entre as experiências que complementavam a formação da jovem elite letrada do Oitocentos e, por vezes, definia a carreira de muitos (MARTINS; LUCA, 2008: 59). Atividade que auxiliava a inserção no debate político, uma vez que os jornais se apresentavam como verdadeira extensão da tribuna parlamentar. As discussões travadas nas Câmaras repercutiam e até mesmo ganhavam contornos mais agressivos através da pena afiada nas folhas partidárias. Tempos em que os jornais se preocupavam mais em estampar opiniões do que em oferecer notícias.

Foi justamente no contexto da guerra do Paraguai que Paranhos Júnior contribuiu com o jornal pernambucano *O Vinte e Cinco de Março* e atuou como correspondente da revista francesa *L'Illustration: journal universel*, enviando informações sobre episódios da guerra. Já na década

⁹ Entre outras contribuições destaca-se a colaboração com o *Jornal do Commercio*, através do amigo Gusmão Lobo e posteriormente de José Carlos Rodrigues, e a sua participação no projeto de criação do *Jornal do Brasil* ao lado de Rodolfo Dantas. Nota-se ainda a colaboração com folhas que circulavam em outros territórios como é o caso do jornal *Le Brésil*, produzido em Paris, e do *Liverpool Daily Post*.

seguinte, durante a maior parte do gabinete Rio Branco (1871-1875), esteve na direção do jornal *A Nação*, e ainda contribuiu com a revista *A Vida Fluminense*, em 1875.

Em tom combativo, foi no Recife que desenvolveu suas “primeiras armas no jornalismo” (VIANA FILHO, 1959: 33). Na fase final do curso de Direito, mudou-se de São Paulo, indo concluir a faculdade em Pernambuco, no ano de 1866. No jornal *O Vinte e Cinco de Março*, periódico semanal, que circulou por pouco mais de um ano, iniciou a prática na imprensa engajada nas disputas políticas, seguindo o programa da folha que anunciava no seu lançamento: “Ataquemos de frente”.¹⁰ No semanário, comprometido com as pautas do Partido Conservador, atuou sob a orientação do amigo da família Paranhos, monsenhor Joaquim Pinto de Campos.¹¹

O espaço que a folha ultraconservadora ofereceu ao jovem estudante, permitiu que se aventurasse por uma nova forma de escrita, que, por vezes, pode conciliar com seus interesses de estudo. Em meio a guerra do Paraguai, além de fornecer informações sobre o teatro de operações, buscava discutir o contexto do conflito. É provável que tenha redigido parte do material sobre a temática, como é o caso da série “Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata”.¹² Contudo, predominavam entre as matérias, aquelas voltadas para o embate entre representantes políticos. Vale lembrar que durante boa parte do conflito os conservadores estavam na oposição, criticavam as decisões do governo e atribuíam aos liberais e à Liga Progressista os problemas que derivavam da situação beligerante. Debate que Paranhos não exportou para *L'illustration*, mas que ajudou a incendiar a imprensa de Recife.

A sua contribuição com a revista francesa, buscou romper a repercussão negativa na imprensa estrangeira sobre a atuação brasileira na guerra. Nas páginas do semanário francês, Paranhos Júnior não fomentava as disputas internas, tão marcantes na folha do monsenhor Pinto de Campos, a questão era legitimar a causa do Brasil e noticiar o andamento da guerra da forma mais favorável possível. A sua colaboração estava centrada em justificar a atuação do Império.

¹⁰ O primeiro número do jornal *O Vinte e Cinco de Março* foi lançado em novembro de 1865. Encerrou suas publicações no ano seguinte, tendo editado seu último número em dezembro de 1866 (NASCIMENTO, 1962. v.2.).

¹¹ A partir da correspondência entre Pinto de Campos e o conselheiro Paranhos, Viana Filho observa-se que foi o pernambucano que promoveu a ida de Paranhos Júnior para o Recife, tendo se encarregado da sua orientação.

¹² A série “Estudo sobre a política do Brasil no Rio da Prata” corresponde a oito artigos publicados entre os meses de junho e novembro de 1866.

A escrita combativa iria se desenvolver sob outra perspectiva nos anos seguintes. Não mais na oposição, durante o gabinete Rio Branco, Juca Paranhos dirigiu o jornal *A Nação*, ao lado de Gusmão Lobo.¹³ É notório que a atuação de Paranhos na imprensa tenha se configurado por uma escrita partidária e combativa. Contudo, não deixou de dedicar espaço à “história pátria”, de modo que temas históricos permeiam os textos que produziu e os periódicos em que atuou, conforme será abordado adiante.

O periodismo como arma de defesa política

Se a forma como Paranhos Júnior elaborava o passado era comprometida com a proposta de uma história a serviço da pátria, que defendia ser redigida para atender aos interesses nacionais, a escrita na imprensa, sobretudo em jornais político-partidários em 1870, se configurou pela defesa de pautas representadas por seu pai, o visconde do Rio Branco.

As disputas políticas caracterizam a imprensa do Oitocentos, em que partidos fundavam jornais para propagar e defender suas posições. O cenário correspondia a um “espaço complexo” difícil de ser ordenado, dada a diversidade de folhas, periódicos e suas mais variadas características (MOREL, 2009: 162). O periodismo produzido neste contexto, acaba por contestar a suposta calma e estabilidade atribuída àquele momento “Há jornais de confronto, fruto da imprensa político-partidária, há panfletários ousados, que sob o anonimato denunciam mazelas e propõem rupturas, há denúncias permanentes através da ilustração caricata do cotidiano do Império” (MARTINS; LUCA, 2008: 4). Mantendo-se alinhado à orientação política paterna, Paranhos Júnior atuou nas fileiras do Partido Conservador, que confrontava a liberais e a imprensa propagandista que despontava, engajada nas propostas republicanas que fervilhavam, tendo marcos significados na década de 1870.¹⁴

As cisões provocadas pelo debate e aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre, promoveram o aparecimento de novos órgãos de imprensa. O visconde do Rio Branco enfrentava resistências, inclusive, de uma ala de

¹³ Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo (1838-1900) nasceu no Recife e atuou como deputado primeiro em Pernambuco e depois na Corte como deputado geral, tendo sido companheiro de Paranhos Júnior na câmara. A amizade, aprofundada com a parceria diária na redação do jornal, se manteve mesmo depois da partida de Paranhos para Liverpool. Os dois mantiveram contato até a morte de Gusmão Lobo em 1900, tendo sido um importante interlocutor no *Jornal do Commercio*.

¹⁴ Destaca-se a fundação do Partido Republicano, a divulgação do Manifesto Republicano e ainda a fundação do jornal *A República* (MARTINS; LUCA, 2008: 73).

conservadores contrários ao projeto de emancipação, entre os dissidentes estavam dirigentes do *Diário do Rio*, que, apesar de se tratar de um periódico identificado com o Partido Conservador, fazia oposição ao gabinete. Mais do que uma folha partidária, o primeiro-ministro buscava um porta-voz ministerial. Desse modo, em 1872 foi criado *A Nação: jornal político e comercial*, tendo sido redigido pelos seus proprietários no primeiro ano de circulação, os deputados Ferreira de Aguiar e o padre João Manoel de Carvalho (LEVASSEUR, E. 2000: 121). Os jornais de opinião, campo de experiência e disputas políticas, dominavam a imprensa desde os momentos iniciais do Império, constituindo um “espaço privilegiado dos embates” na cena pública, onde o debate era travado de forma aberta e inflamada (MOREL, 2009: 167).

Em parceria com o amigo Gusmão Lobo, Paranhos Júnior participou ativamente do periódico, durante os anos de 1872 e 1875, não por acaso corresponde a boa parte do período do gabinete Rio Branco.¹⁵ A folha constituía importante recurso para defesa e fortalecimento político do ministério, seguia certa tradição, nos moldes do jornal *O Brasil*, conduzido, anos antes, por Justiniano José da Rocha.¹⁶ O formato correspondia a configuração que a imprensa adquiriu à época “aos jornais o debate político; às revistas, a reflexão cultural” (MARTINS, 2008: 52).

Os biógrafos do barão assinalam que o periódico era integralmente redigido pela dupla de amigos, sendo Paranhos Júnior responsável pelos assuntos internacionais e Gusmão Lobo pela política interna. De qualquer modo, assim como em outros casos, é difícil conhecer exatamente a sua colaboração, dissimular a autoria era prática comum na imprensa da época. Colunas e artigos eram publicados sem assinatura ou sob algum pseudônimo, recurso, aliás, muito utilizado por Rio Branco, seja na juventude ou mais tarde quando chefiava o Itamaraty.

Vale ressaltar que os artigos “Episódios da guerra do Prata”, publicados por Paranhos na *Revista Popular*, em 1864, foram assinados apenas pela letra X. No mesmo periódico identificamos em 1861 outra possível contribuição de Juca Paranhos sob o pseudônimo Nemo.¹⁷ Além destes, são conhecidos os outros pseudônimos utilizados pelo barão: o mesmo “Nemo” aparece na revista *A Vida Fluminense* (1875); “Henrique Batalha”, “M. Ombou”, “Ferdinand Hex” e

¹⁵ Em artigo de 13/11/1875 a dupla se despedia do projeto, mas o jornal continuou em circulação por alguns meses, encerrando sua publicação em 08/04/1876.

¹⁶ O projeto de Justiniano José da Rocha foi promovido sob a proteção do visconde do Uruguai, tendo se firmado porta-voz do Partido Conservador, o que lhe conferiu a alcunha de “pena alugada” (SODRÉ, 1983: 182). Paranhos Júnior chega a considerá-lo um dos maiores jornalistas de seu tempo, ao lado do seu pai e do amigo Gusmão Lobo.

¹⁷ Um artigo dedicado à Madame Sévigné, de Marie de Rabutin-Chantal, marquesa de Sévigné (1626-1696) (*Revista Popular*, 1861: 137-141).

a variação “F. H.” no *Jornal do Brasil* (1891-1892); e no *Jornal do Commercio* publicou artigos assinados como “Kent” (1903), “J. Penn” (1906), “Bernardo de Faria” (1911), além de ter retomado o pseudônimo Nemo neste jornal e no *Correio da Noite*, nos anos de 1903 e 1910.

Da mesma forma, antes de dirigir o jornal *A Nação*, utilizou o pseudônimo *Spartacus* em um artigo intitulado “José Bonifácio”, que foi publicado na seção “A Pedidos” do *Jornal do Commercio* de 1871.¹⁸ A referência ao líder da mais famosa das rebeliões de escravos da Roma antiga, não era incomum, sendo articulada tanto por aqueles que defendiam uma solução gradual para a questão do elemento servil quanto em conotações mais radicais.¹⁹ No auge da campanha, em defesa da libertação dos filhos de mulheres escravizadas (*Jornal do Commercio*, 19/08/1871: 1) o artigo comentava a *Memória sobre a escravidão do Brasil*, escrita por José Bonifácio em 1823 (*A Reforma*, 18-19/08/1871: 1-2; 2-3).

O contexto político que sucedeu à guerra contra o Paraguai configurou-se pelo intenso debate em torno do “problema da emancipação”. Discussões acaloradas das Câmaras eram acompanhadas pela imprensa, em cujas páginas reverberava a questão. Em meio a este cenário, Paranhos Júnior resolveu assinar protegido pelo pseudônimo. Uma opção deveras justificada, em poucos dias, Perdigão Malheiro criticaria o autor misterioso em extenso discurso em sessão parlamentar (*Jornal do Commercio*, 05/09/1871: 3).

Para conquistar a adesão necessária, tanto política quanto da opinião pública, a defesa da questão era evocada “acima das conveniências partidárias”, sob a argumentação de que se tratava de uma reforma social, à qual não caberiam bandeiras, mas o interesse de todos. Assim, *Spartacus* abordava o problema da emancipação, posto como uma condicionante à prosperidade e ao engrandecimento do país. As palavras destacadas da *Memória* são consideradas a visão esclarecida da figura de José Bonifácio, reverenciado como “um dos patriarcas da independência”.²⁰

A maior parte da matéria subscrita pelo dito *Spartacus* é dedicada à transcrição de trechos da *Memória* de Bonifácio, que ressaltavam elementos mobilizados pela campanha de 1871. A orientação por uma solução paulatina é aventada: “(...) é tempo também que vamos

¹⁸ A utilização do pseudônimo *Spartacus* não é conhecida pela bibliografia dedicada ao tema. A identificação do referido artigo foi possível a partir de uma referência presente na biografia do visconde do Rio Branco, escrita por Luiz de Alvarenga Peixoto (1871).

¹⁹ O mesmo pseudônimo ficou conhecido como uma das assinaturas de Luíz Gama, associado aos seus artigos comprometidos com a pauta abolicionista mais radical.

²⁰ A *Memória* teria sido escrita em 1823, quando José Bonifácio pretendia apresentá-la à Constituinte, projeto adiado diante da dissolução da Assembleia e do exílio imposto a Bonifácio.

acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes” (*Jornal do Commercio*, 19/08/1871: 1).

O artigo dialogava com a proposta da Lei, apresentada às Câmaras. Para o autor a mudança sugerida fazia parte da marcha em curso: “*Le monde marche*, diz Pelletan, assinalando os **progressos** que as nações têm fatalmente de realizar a cada instante no seu caminho para o porvir. O Brasil não podia ficar parado, ao passo que a humanidade seguia o roteiro da civilização, e caminhou” (*Jornal do Commercio*, 19/08/1871: 1). Sem esquecer que nas suas palavras se tratava de um progresso que deveria ser controlado, lento e gradual. O Spartacus que assina o artigo era bem menos revolucionário do que o herói ao qual alude, ele defendia a solução mais conservadora, de modo que tivessem maior controle do processo de emancipação. A assinatura carregava um valor simbólico significativo com a alusão ao líder da revolta de escravos, mas era limitada pelas ideias que defendia.

O texto sobre a *Memória* de José Bonifácio é um indício do modo como Paranhos Júnior atuou antes de dispor do espaço garantido pelo jornal *A Nação*, criado em 1872. O “filho devoto”, que tanto combateu a oposição nas páginas do *Vinte e Cinco de Março*, certamente não permaneceu em silêncio ao longo do debate sobre a Lei do Ventre Livre. Sem se destacar entre os oradores que disputavam a tribuna da câmara temporária, investia na palavra impressa.²¹

Política externa e outras pautas no jornal A Nação²²

Já nas páginas de *A Nação* a sua contribuição seria anunciada desde a primeira hora. Ainda que poucos artigos tenham sido assinados, sua presença na direção do jornal era declarada. O número inaugural apresentava a proposta do diário, ressaltando ser um órgão

²¹ Sobre certo silêncio de Paranhos Júnior na câmara durante as discussões do projeto da Lei do Ventre Livre, Luís Cláudio Villafañe Santos observa que o fato poderia ser explicado por certa timidez de Paranhos ou até mesmo por possível intimidação diante da projeção da figura paterna, que se destacava como orador consumado (SANTOS, 2018: 67).

²² Para esta análise utilizei, primeiramente, os itens transcritos no volume 10 “Artigos de Imprensa” da coleção *Obras do Barão do Rio Branco* (2012). Entre os 140 artigos reunidos no volume, 74 foram publicados em *A Nação*, que, segundo explicação do embaixador Manoel Gomes Pereira foram selecionados “artigos que tratam de temas nacionais e internacionais relevantes para o gabinete Rio Branco (1871-1875).” A pesquisa foi complementada pela consulta à coleção do jornal disponibilizada na Hemeroteca Digital Brasileira.

vinculado ao Partido Conservador, enaltecido por extensa lista de realizações políticas, atribuídas à atuação dos seus representantes:

Arauto do progresso refletido, que é a grande aspiração da nossa época, guarda das bem entendidas liberdades, da ordem social e das instituições juradas, a Nação aparece na imprensa diária como órgão do generoso partido, que extinguiu o tráfico de africanos, acabou com a tirania de Rosas e Oribes, promoveu a livre navegação do Prata e seus afluentes, fez sulcar pelo vapor as águas do majestoso Amazonas até o Peru, traçou as primeiras linhas da rede de estrada de ferro que há de ligar um dia os quatro ângulos do Império, fundou o crédito público, reorganizou o exército e a armada pôs termo com honra e glória à guerra do Paraguai, decretou a reforma judiciária, e escreveu em sua bandeira a santa legenda de 28 de setembro de 1871; do partido, enfim, que sustentou sempre a monarquia constitucional representativa, associando as recordações de sua passagem pelo poder a ideia dos grandes melhoramentos políticos e administrativos, que não feito à felicidade do Brasil. (A Nação, 03/07/1872: 1)

Na sequência direcionava suas críticas ao jornal *A Reforma*, estabelecendo o debate que figuraria nas suas páginas. Desde 1869 esta folha já se havia consolidado como porta-voz de figuras proeminentes do Partido Liberal.²³ Do mesmo modo, *A Nação* também travaria intensos embates com o jornal *A República*, criado em dezembro de 1870, tendo como redatores Quintino Bocaiuva, Aristides Lobo e Manuel Vieira Ferreira (SODRÉ, 1983: 212). Diante da questão religiosa a folha clerical *O Apóstolo* seria seu maior opositor.

Parte da contribuição atribuída a Paranhos Júnior corresponde aos artigos de política externa publicados nesta folha, em que aspectos históricos são explorados pelo autor na construção dos seus argumentos e na defesa da atuação do governo. Muitos desses temas derivam das questões com as repúblicas do Prata e da guerra contra o Paraguai, aos quais somava-se a defesa de uma política de imigração empreendida durante o gabinete Rio Branco.

No jornal *A Nação*, uma série publicada nos anos 1872 e 1873, acompanhava as discussões em torno do tratado de limites entre o Brasil e o Paraguai. Afinal, a definição de fronteiras costumava despertar o “ânimo nacional”. O chamado tratado de Assunção, negociado pelo barão de Cotegipe junto ao representante paraguaio, Carlos Loizaga, estabelecia de forma bilateral o traçado dos limites entre as duas nações.²⁴ A forma pela qual o instrumento foi celebrado recebeu violentas críticas da Argentina, que alegava ter sido violado o Tratado da Tríplice Aliança. Assim, a questão de limites tornou-se “cavalo de batalha e a maior máquina de

²³ *A Reforma* foi criada em 12 de maio de 1869, dirigida por Francisco Otaviano, contava, entre outros com Silveira Martins, Joaquim Manuel de Macedo, Homem de Melo (SODRÉ, 1983: 211).

²⁴ Em 9 de fevereiro de 1872, Brasil e Paraguai firmaram o Tratado Cotegipe-Loizaga que estabelecia os limites entre os dois países, substituindo, assim, a Convenção de 1856 (VARGAS, 2017: 277-286).

guerra” (*A Nação*, 02/01/1873: 1) da oposição que condenava as decisões tomadas pelo governo por meio de intenso combate na imprensa travado entre *A Reforma* e *A Nação*. Seja como for, na verdade, qualquer aspecto relativo à guerra despertava os sentimentos cívicos de todos os lados.

Esbanjando ironia, a série de artigos, denominada “Tratados de Assunção”, defendia vigorosamente a atuação do visconde do Rio Branco e do barão de Cotegipe, ao responder as provocações da oposição, identificadas como de autoria de um “ilustre estadista, chefe liberal”.²⁵ Na sua argumentação, o autor dos “Tratados” manifestava-se a favor da negociação bilateral, retomava aspectos que havia apontado nas suas críticas ao Tratado da Tríplice Aliança, anos antes, no *Vinte e Cinco de Março*, ou seja, as complicações que poderiam derivar das exigências argentinas sobre a região do Chaco. Complicações que envolveriam não apenas os países em guerra, mas atingiriam pretensões da Bolívia (*A Nação*, 19/07/1872:1).

O debate se prolongou com uma nova série de artigos intitulada “A questão argentina”, em que o autor acusava a oposição de favorecer o governo estrangeiro em questão de interesse público, privilegiando, assim, a disputa partidária. Prevalencia o tom provocador ao se dirigir ao responsável pelas críticas como o “adorado oráculo de *A Reforma*”, a quem prometia responder, ainda que estivesse sendo provocado em “caráter de dízima periódica”, pincelada de humor que se tornava característica na escrita jornalística de Paranhos Júnior (*A Nação*, 23/07/1872: 1). De tempos em tempos, a cada nova circunstância nas negociações entre a Argentina e o Paraguai, o assunto reanimava o debate, inclusive com provocações publicadas pelo *A República*.²⁶

O impasse para delimitação das fronteiras entre os dois países provocou, por muito tempo, especulações sobre um iminente conflito na região. O órgão do gabinete se empenhava em refutar alegações do jornal *A República* sobre possíveis hostilidades entre o Brasil e a Argentina, negando as acusações de que o governo imperial estaria se preparando para um novo conflito na região do Prata, em resposta ao fortalecimento militar que os argentinos estavam promovendo em pontos estratégicos, como a ilha de Martín Garcia. *A Nação* seguia defendendo que a orientação da política externa era garantir a paz e evitar desinteligências, mas não deixava de criticar as pretensões argentinas na questão territorial e assinalar qual seria a condução se a disputa precipitasse em conflito armado.

²⁵ As insinuações sugerem que o autor dos artigos de *A Reforma* seja Gaspar Silveira Martins.

²⁶ As fronteiras entre a Argentina e o Paraguai só foram definidas em 1878 através de arbitramento internacional conduzido pelo presidente dos Estados Unidos à época, Rutherford Bichard Hayes. O laudo de 12/11/1878 foi favorável ao Paraguai (VARGAS, 2017: 202-207).

De acordo com a opinião do jornal, a política externa deveria estar pautada na manutenção da paz, a negociação deveria conduzir as relações, sendo o confronto o último recurso, quando todas as alternativas para soluções diplomáticas estivessem esgotadas. Ainda que não fomentasse a guerra, ela permanecia sempre no horizonte e para tanto chamava atenção da necessidade dos “recursos militares de que nenhum Estado pode prescindir no interesse de sua defesa” (*A Nação*, 09/10/1873: 1). Argumentação que, inclusive, Rio Branco sustentaria anos mais tarde durante a gestão do Ministério das Relações Exteriores, ao defender a necessidade do reaparelhamento militar.

Ao repassar o histórico das relações com nossos vizinhos, o texto de *A Nação* retomava a Convenção de 20 de fevereiro de 1865, considerado por ele um ato patriótico que teria evitado o desenvolvimento do conflito. O fato de seu pai ter sido o articulador desse acordo ajuda a compreender o empenho do jornalista em enaltecer o feito, esforço, aliás, repetido em outros momentos.²⁷ Entretanto, a questão central ainda era a negociação de limites entre a Argentina e o Paraguai, fator de desequilíbrio, provocava as prevenções de todos os lados que acabavam se digladiando na arena nacional. Em meio ao embate, mais uma vez atribuía aos liberais a responsabilidade pelos conflitos com os países vizinhos:

A intervenção de 1864, que trouxe-nos a guerra com a Banda Oriental e, depois de curto intervalo, a guerra com o governo do Paraguai, não pode correr nem corre à conta do partido conservador. Essa enérgica política que levou-nos ao recurso das represálias contra o governo de Aguirre, e das represálias à sanguinolenta luta do Paraguai, foi obra de um gabinete liberal a que o senhor Aristides Lobo prestou na Câmara dos Deputados o mais caloroso e esforçado apoio (A Nação, 13/10/1873: 1).

Questões remanescentes à guerra vira e mexe voltavam à baila. Em resposta a uma crítica do jornal *O Diário* lembrava mais uma vez que o conflito poderia ter sido evitado, mas justificava a participação e salientava a atuação do governo que, no seu entender, demonstrava a lealdade do Império para com os paraguaios e o interesse em garantir a soberania e integridade da república vizinha no processo de restauração "para vir a ter a devida posição, que lhe é garantida por suas condições topográficas" (*A Nação*, 23/11/1872: 1). A questão era encerrada com insinuações sobre os argentinos, com quem vinham travando um verdadeiro embate.

²⁷ O destaque à Convenção de 20 de fevereiro de 1865 é recorrente nos textos de Rio Branco. Na biografia do visconde é um dos temas aos quais confere grande espaço e na edição da obra de Louis Schneider, que veremos mais adiante, inseriu a transcrição de vários documentos relativos ao assunto entre os apêndices do volume I.

Certa insegurança fomentada pelo desacordo na definição dos limites com a Argentina e o direcionamento que tomavam as negociações suscitavam a discussão. O que, aliás, provocava a manifestação de *A Nação*, pela desconfiança e desconforto causados pelas mencionadas pretensões argentinas no Chaco. Atitude que provocava a acusação repetida: "É de outro lado da fronteira sul que se alinha a conhecida política que sonha com reconstrução do antigo vice-reino do rio da Prata; tal foi a sabida preocupação de Rosas e é ainda hoje a de quase todos os estadistas argentinos" (*A Nação*, 09/10/1873: 1).

Do mesmo modo, a questão de "Limites com o Peru" foi objeto de outros artigos.²⁸ As críticas perpetradas pelo jornal *A Reforma* promoveram as manifestações em respostas à dita "epopeia" escrita pela oposição (*A Nação*, 28/12/1872: 1) a fim de defender a condução da Comissão de Demarcação de Limites segundo a orientação do governo imperial.

As acusações iniciais que atribuíam ao governo brasileiro a responsabilidade pela morte do comissário peruano, Paz Soldán, acabaram por se desdobrar em extenso debate sobre aspectos da demarcação. Recorrendo aos documentos oficiais, largamente citados, o jornal desenvolveu na série de artigos detalhada análise do histórico das negociações até aquele momento, o que demonstra amplo conhecimento sobre estudos de fronteiras e apreço às minúcias, bem ao modo da escrita que Paranhos Júnior imprimia em seus textos.

Algumas questões do âmbito interno, que aparecem nos artigos atribuídos à pena de Paranhos, merecem atenção. As disputas e as cisões políticas provocadas pelas discussões em torno da Lei do Ventre Livre culminaram com a dissolução da Câmara.²⁹ Nas eleições em 1872, *A Nação* promoveu os candidatos do Partido Conservador através de artigos favoráveis ao governo. O gabinete Rio Branco era, então, representado como um "harmônico concerto de sucessos felizes", que se orientava pela "causa santa da pátria", a fim de "elevar o Brasil à altura a que o destinou a providência divina" (*A Nação*, 24/07/1872: 1). Pela palavra impressa o jovem Paranhos mobilizava um discurso em defesa de uma grandiosa nação que caminhava para ocupar o lugar devido entre aquelas "mais civilizadas".

Muitas vezes Juca Paranhos retomava opiniões que havia estampado no jornal *O Vinte e Cinco de Março*. Em disputa mais acirrada, no artigo "Espírito de subversão", atacava de forma mais incisiva a atuação dos liberais culpando mais uma vez os opositores por não terem evitado

²⁸ Os artigos sobre Limites com o Peru foram publicados entre novembro de 1872 e maio de 1873.

²⁹ Manobra política que assegurou configuração favorável ao visconde do Rio Branco, de modo que Paranhos Júnior também garantiu seu segundo mandato como deputado pela província do Mato Grosso.

a guerra contra o Paraguai, assim como por terem prolongado o conflito (*A Nação*, 02/09/1872: 1). Já aos conservadores atribuía todas as soluções dos problemas criados pelos liberais, mantinha-se fiel à declarada missão do jornal.

A acusação de que os liberais representariam um espírito subversor das leis continuava no ataque à conduta de militares, alegando que, por paixão partidária, desrespeitavam a autoridade civil, violando, assim, um preceito constitucional. Condenando a atitude de alguns oficiais asseverava “A espada do militar não é do seu partido: pertence sem reservas ao país” (*A Nação*, 02/09/1872: 1). A questão movimentava ainda mais as discussões sobre as negociações do tratado entre o Brasil e o Paraguai, em que acusações eram trocadas sobre a precipitação do conflito e suas mazelas (*A Reforma*, 12/07/1872: 1).

Além dos embates domésticos, alvo de *A Reforma* e *A República*, nas páginas de *A Nação* também figuram respostas à imprensa internacional. A manifestação do governo alemão contra o agenciamento de emigrantes para o Brasil provocou alguns artigos em 1872. Em protesto ao pronunciamento no parlamento daquele país, refutava as acusações e defendia a política de imigração promovida pelo gabinete Rio Branco. Alinhado ao programa conservador em defesa da abolição gradual da escravidão, corroborava a iniciativa como alternativa para substituição de mão-de-obra escrava.

Ninguém, por certo, responsabilizará os brasileiros de hoje pela existência da escravidão no Brasil, legado de nossos maiores europeus. Senão a abstermos totalmente, já lhe demos golpe mortal, e isto quando era daí que nos vinham os braços para lavoura, nossa principal fonte de riqueza e prosperidade. (*A Nação*, 22/07/1872: 1)

O “golpe mortal” se refere a lei de 28 de setembro do ano anterior, alardeando que esta estancou a fonte da escravidão, prevendo que estaria extinta “gradualmente em curto período” (*A Nação*, 22/07/1872: 1). Concluía que as alegações do parlamento alemão se deviam a falta de conhecimento sobre o Brasil e as reais condições em que se estava realizando a política de imigração, negando as acusações de alta mortalidade ou condições insalubres dos alemães emigrados. A historiografia, no entanto, demonstrou que a crítica tinha forte fundamento.

O jornalista se empenhou em refutar todas as acusações sobre as condições as quais os colonos eram submetidos. Comparava o caso brasileiro com a imigração praticada pelas repúblicas vizinhas, sempre destacando fatores a favor das ações empreendidas pelo Império. Ao mesmo tempo, combatia a imprensa internacional, receoso do impacto que poderia causar a novos agenciamentos. Paranhos Júnior adaptava os argumentos às circunstâncias de cada

tempo, mostrando coerência nas suas posições políticas e na defesa fiel à atuação de seu pai na liderança do governo.

Outros temas pertinentes ao gabinete Rio Branco continuavam a figurar entre os artigos de *A Nação*. A partir da missão do barão de Penedo em Roma abordava a questão religiosa que tanto repercutiu durante a gestão do visconde. Os combates com *A Reforma* continuavam sem trégua (*A Nação*, 04/02/1874: 1). As últimas contribuições tratavam das hostilidades que avançavam na região do Prata. O posicionamento da Argentina, na estratégica ilha de Martín García, com reforço militar da fortificação, inflamava os ânimos. Dois artigos publicados no mês de abril se dedicavam a apresentar o contexto de modo a sugerir que a circunstância poderia exigir o “último recurso” (*A Nação*, 06/04/1875: 1).

Declarava que o Brasil não teria interesse em expandir seu território, mas que o governo imperial precisava buscar uma solução para a questão. A necessidade de assegurar a paz e o direito dos povos eram evocados pelo jornalista para justificar uma possível guerra “A missão do Brasil no rio da Prata, se assim o quiserem os estadistas brasileiros, poderá ser uma verdadeira armada libertadora e um fato formoso para a história do Império” (*A Nação*, 06/04/1875: 1). Tom bem menos apaziguador do que o usual. Para tanto, utilizava um dos seus pseudônimos, assinando os artigos como Nemo.³⁰

No ano de 1875 um conturbado cenário culminou com a dissolução do gabinete Rio Branco. Os debates das duas câmaras ocuparam praticamente todas as páginas do órgão conservador no primeiro semestre daquele ano. As notícias internacionais ou o conteúdo de política externa ficaram reduzidos, todos estavam atentos aos desdobramentos de questões internas. O jornal *A Nação* acompanhou a gestão do visconde do Rio Branco até o final, defendendo a administração das acusações perpetradas pela oposição. Sintomaticamente, em novembro daquele ano Paranhos Júnior e Gusmão Lobo anunciaram que deixariam o periódico.

As crônicas de Nemo

³⁰ Anos antes, em julho de 1873, já havia sido publicado um artigo na seção “A Pedidos” assinado por Nemo, onde criticava o jornal *A República* por manifestações contra Francisco Ferreira de Abreu (*A Nação*, 19/07/1873: 3).

Cabe ressaltar que é do mesmo período a contribuição de Paranhos Júnior com a *Vida Fluminense*.³¹ Em 1875, a experiência jornalística do jovem deputado seguia além da folha partidária. Mais uma vez assinava como Nemo. Nome que tanto poderia ser uma referência ao personagem da obra de Júlio Verne, quanto à palavra em latim, que significa: *Ninguém*. Escolha coerente para quem gostaria de permanecer incógnito. Em uma das suas crônicas, brincava com o sentido da palavra ao dizer: “Depois, quem sabe se à hora em que escrevo... há tanto por aí quem deseje uma pasta. Cá por mim, não, porque sou eu e serei sempre Nemo [ninguém].” (*A Vida Fluminense*, 08/05/1875: 3).³²

Ainda que as questões políticas aparecessem nas páginas da revista ilustrada, o perfil do semanário era bem diferente dos jornais político-partidários. Como Nemo, Paranhos Júnior comentava amenidades da vida social na Corte e avançava pelo mundanismo, que tanto conquistava os leitores da época. Nos artigos, a tão comentada vida boêmia de Juca Paranhos transparecia nos comentários sobre as “animadas noitadas cariocas” (SANTOS, 2018: 74-75). Aproveitava as diferentes possibilidades oferecidas pela imprensa para experimentar também a leveza das crônicas.

No entanto, em meio às amenidades não deixa de fazer a defesa do gabinete Rio Branco,³³ onde o combate mais acirrado era travado com o jornal do clero: *O Apóstolo*. Por linhas mais livres, a política ganhava outros contornos, flertando com o humor característico da “folha joco-séria”. Se no jornal *A Nação* coube a Gusmão Lobo cobrir as notícias diárias da política nacional, nas páginas de *A Vida Fluminense* Paranhos Júnior pode avançar sobre essas questões. Sua contribuição coincidiu com o período em que o visconde recebeu duras críticas diante dos problemas com o banco Mauá, cenário que alegava ter virado um verdadeiro “Deus nos acuda” (*A Vida Fluminense*, 15/05/1875: 3). Com o agravamento da crise o cronista confessava estar “triste e sorumbático”, a dissolução do gabinete já parecia inevitável. Continuou a escrever até o

³¹ Antes da contribuição regular com *A Vida Fluminense* em 1875, foi publicada uma crônica “Palestra”, em novembro de 1868, assinada por Nemo, que também pode ser uma contribuição de Paranhos Júnior (*A Vida Fluminense*, 07/11/1868: 6).

³² A transcrição na edição das *Obras do barão* colocou um ponto após a palavra “sempre” que não havia na publicação da revista, fazendo com que a frase final terminasse após a assinatura “Nemo”, seguida do ponto final (RIO BRANCO, 2012: 311, v.10).

³³ Na crônica de 13/03/1875 escrevia “O gabinete presidido pelo senhor visconde do Rio Branco tem semeado largamente no sentido de, um dia, colher, como fruto, a eleição direta. A lei de 28 de setembro, o ato mais civilizador de que entre nós há notícia, e o desenvolvimento da instrução pública em razão dos incessantes esforços do senhor conselheiro João Alfredo são provas exuberantes disso” (RIO BRANCO, 2012: 282, v.10).

final daquele ano, quando se despediu dizendo que Nemo morria junto com a revista.³⁴ Na prática foi apenas um longo intervalo, retomaria a assinatura em outros momentos.

Iniciado no combate pela palavra impressa nas páginas do jornal *O Vinte e Cinco de Março*, afixou a pena ao longo do gabinete Rio Branco estando à frente de *A Nação*, sempre a postos para defender a posição de seu pai. Com o exercício do jornalismo encontrou um espaço de atuação onde pode desenvolver suas habilidades para participar do debate político. Ao mesmo tempo, correspondendo a um local de convergência da elite intelectual, essa experiência contribuiu para a projeção de seu nome em processo de legitimação e reconhecimento. Esta prática permitiu que conhecesse mais de perto a forma como se operava a extensão da tribuna e percebesse o lugar que a imprensa ocupava na dinâmica política, atento a sua importância como um “termômetro de precisão matemática para ajuizar-se da felicidade de um povo” (*A Nação*, 25/07/1872: 1). Assinalava, assim, a questão: “Hoje, a coletividade social – por seu órgão, a imprensa – discute a marcha da política que os governos devem seguir, nas desinteligências que costumam manifestar-se nas relações oficiais de um Estado com outros” (*A Nação*, 06/04/1875: 3).

Páginas para historiar

Além do conteúdo dedicado à política externa selecionado na edição das *Obras do Barão do Rio Branco*, ao examinar a coleção do jornal *A Nação* identifiquei artigos denominados “História Pátria” ou “Seção Histórica”, que podem ser igualmente atribuídos a Paranhos Júnior. O primeiro, divulgado em dois números de agosto de 1873, respondia a uma publicação do capitão Lázaro Garay no periódico *La Nación*, de Buenos Aires. O assunto que motivou a reação foi uma menção à emblemática batalha de Ituzaingó – também conhecida como batalha do Passo do Rosário, ocorrida no contexto da guerra da Cisplatina (*A Nação*, 25-26/08/1873: 1-2; 2). Vela mencionar que o tema figurava entre os assuntos de sua predileção. Àquela época já havia publicado artigos sobre personagens e episódios dos conflitos e anunciava um projeto futuro.

Diante do relato feito pelo militar argentino, que se refere a canhões brasileiros que teriam sido apreendidos, o autor alegava que, ou o capitão Garay ignorava a história militar de

³⁴ A revista *A Vida Fluminense* publicou seu último número em 25/12/1875, quando anunciou que deixaria de circular, sendo substituída por um novo projeto a *Fígaro*, que iniciou sua publicação em janeiro de 1876.

seu país, ou se fundamentava em “notícias falsas das gazetas do tempo e pelos boletins romances de Alvear, do almirante Brown e outros generais seus compatriotas” (*A Nação*, 25-26/08/1873: 1-2; 2). Assim, introduzia uma breve explicação sobre o confronto, que ocorreu em 20 de fevereiro de 1827. Citando documentos oficiais, defendia que nenhum canhão havia sido tomado do Brasil.

Entre as fontes utilizadas no artigo, o autor apresenta ainda algumas manifestações do marquês de Barbacena e do general Gustavo Brown corroborando o relato, além de um manuscrito inédito do major Adolfo Antônio Frederico Seweloh. Este documento merece particular atenção. As informações preservadas no diário do oficial prussiano, que serviu junto às forças imperiais, passariam a ser citadas todas as vezes que Paranhos Júnior tratasse da batalha de Ituzaingó, e não foram poucas. Em nota ele comenta que o manuscrito, intitulado *Recordações da Campanha de 1827 contra Buenos Aires*, havia sido traduzido do alemão, em 1871, por Manoel Thomaz Alves Nogueira, por ordem do Ministério da Guerra. No entanto, ainda não havia sido publicada. De acordo com as anotações de Rio Branco, foi ele que sugeriu a tradução do manuscrito, da qual preservou cópia completa no seu arquivo pessoal.³⁵ Cópia que, aliás, permitiu que apontasse erros e lacunas na posterior publicação destas *Recordações*.

O diário de Seweloh auxiliou na verificação dos dados que empreendeu sobre a batalha. Do mesmo modo citava as publicações do major Ladislau dos Santos Titara (1852), de Antônio Deodoro de Pascual (1864) e do general Machado de Oliveira (1860). Todos invalidando o relato apresentado na *Exposición del General Alvear para contestar al Mensaje del Gobierno*, ressaltando, inclusive que o general foi submetido ao conselho de guerra por tais declarações. Por último destacava um trecho do testemunho do militar oriental, Juan Antonio Lavalleja, que julgava ser capaz de impor “silêncio a todos os fanfarrões ignorantes do seu país.”

Convença-se o ilustre artilheiro que a história dessa guerra não há de ser escrita a vista dos boletins do general Alvear, que inventou vitórias como as del Bacacahy, del Ombú e del Camacuan, e não pôde, com uma força duas vezes superior, destruir o nosso pequeno exército em Ituzaingó. A recordação dessa batalha, em vez de envergonhar-nos, como supõe os nossos vizinhos, ignorantes da história do seu próprio país, deve encher-nos e enche-nos, a nós brasileiros, de verdadeiro e justo orgulho. (A Nação, 26/08/1873: 2)

³⁵ A anotação está em um encadernado sob o título *Memórias sobre a campanha de 1827 e a batalha de Ituzaingó*, onde reuniu separatas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, preservado na sua biblioteca particular.

O “artiguinho escrito às pressas”, como ele se refere, expõe um pouco as disputas travadas pela memória do conflito. Disputas que se estendem nas histórias contadas de cada uma delas. A batalha de Ituzaingó se converteu em caso representativo que pode ser acompanhada pelos escritos do barão do Rio Branco, sobre a qual, anos mais tarde, iria escrever umas das mais extensas Efemérides (RIO BRANCO, 2012: 158-169, v.6). Em dezembro do mesmo ano retomou o debate histórico nas páginas de *A Nação*, com o texto intitulado “As vitórias argentinas de 1827”, onde abordou os episódios que se deram em Vacacaí, Umbu, Ituzaingó, Camaquã e Herval, muitos dos quais já havia citado como vitórias inventadas pelos inimigos (*A Nação*, 27/12/1873: 2-4).

A publicação do livro *San Martin y Bolivar: entrevista de Guayaquil*, do coronel Gerónimo Espejo, provocou a manifestação que novamente refutava a versão apresentada. O artigo acusava o autor de considerar os embates “esplêndidas vitórias” quando alegava que, na verdade, teriam sido eventos insignificantes, pequenos choques com as forças das Províncias Unidas do Rio da Prata. Para justificar sua manifestação explicou o ocorrido em cada momento, tendo como referências as mesmas obras que fundamentaram seus comentários sobre a batalha de Ituzaingó, visto que correspondiam a embates ocorridos poucos dias antes e depois. Atribuiu às declarações de Alvear, o mito das “vitórias esplêndidas”.

Não poupou espaço para as informações que seguia reunindo sobre a guerra da Cisplatina, praticamente metade do jornal daquele dia foi dedicada à coluna “História Pátria”.³⁶ Afinal, desde o primeiro artigo que publicou em 1862 anunciava o desejo produzir um trabalho de história militar. Encontram-se no arquivo do barão do Rio Branco diversas notas sobre o assunto. Especificamente sobre Vacacaí (13/02/1827) e Umbu (15/02/1827) há alguns manuscritos com as informações que aparecem impressas no artigo, como é o caso de trechos de documentos transcritos (AHI L871 M2, doc. 15). As perdas, conforme registrado nos boletins do exército, eram mencionadas a fim de demonstrar que os argentinos sofreram mais prejuízos do que os imperiais em Vacacaí, o que alegava que não permitia considerar o “pequeno choque” uma batalha, menos ainda se falar em vitória.

Diante das dificuldades em localizar os registros no Ministério da Guerra e com intuito de confrontar dados, apontava em uma das suas notas de pesquisa: “Recorrer a alguns homens

³⁶ O jornal *A Nação* foi produzido em quatro páginas durante todo o período em que circulou. O referido artigo ocupava praticamente duas páginas inteiras do periódico. Considerando que a última página era dedicada aos anúncios, nota-se que a exposição sobre as batalhas ocupava dois terços do conteúdo daquele número do jornal.

desse tempo para obter as informações que possam dar relativamente ao combate, as nossas perdas, e aos nomes dos comandantes daquelas baterias” (AHI L871 M2, doc. 39). Através desse método reuniu informações fornecidas pelo conde de Porto Alegre, general Osório, Luís Manoel de Lima e Silva e outros, conforme registrado nas suas anotações e assinalado em seus escritos.³⁷

Aos dados oficiais acrescentava o testemunho de militares que participaram das ações. Sobre o episódio em Umbu refutava a versão de Alvear, tendo como base o relato de general Osório, futuro marquês do Herval. Assinalava que não encontrou o boletim oficial do exército sobre o embate, tendo utilizado apenas as informações que Osório havia fornecido a “um amigo nosso”. O amigo em questão era, justamente, o seu pai. Tratava-se de carta de Osório ao visconde do Rio Branco, datada de 27/03/1871, em resposta a questionamentos encaminhados no mês anterior (AHI L871 M2, doc. 7).³⁸ Procedeu do mesmo modo ao tratar de Camaquã (23/04/1827), utilizando também a exposição fornecida por Osório.

Nesta publicação de “História Pátria”, Paranhos Júnior optou por não descrever a batalha de Ituzaingó, sugeriu a leitura dos artigos publicados em agosto, em que já havia tratado do assunto, ao refutar as alegações do capitão Lázaro Garay. Apesar de reconhecer que os imperiais perderam o confronto, pontuou algumas questões que considerava suficiente para reiterar que não saíram vitoriosos, mas também não foram destruídos:

Os argentinos contaram vitória só porque ficaram senhores do campo de batalha, mas a verdade é que o nosso pequeno exército soube manter a sua reputação de bravura, lutando com uma força duas vezes superior em número, repelindo todos os ataques do inimigo, e retirando-se sem ser destruído, como poderia tê-lo sido. (A Nação, 27/12/1873: 2-4)

Seguindo o mesmo procedimento, comentou o episódio de Herval (24/02/1827) e novamente, segundo a sua análise, o embate não correspondia a uma batalha. Diante das questões que considerava deveras esclarecidas pela sua exposição, continuava a apontar as “invenções de Alvear” e como os argentinos persistiam em se basear nesses registros.

Cada menção a uma dessas batalha reacendia as disputas pelo passado. O combate recomeçava. Os artigos de “História Pátria” publicados em *A Nação* provocaram manifestações

³⁷ Além dos documentos do arquivo pessoal do barão destaca-se uma das observações presentes nas *Efemérides Brasileiras*, em que cita como fonte informações manuscritas dos generais L. M. de Lima e Silva, barão de Caçapava, Elisiário Brito e Emílio Mallet, que têm na sua coleção (RIO BRANCO, 2012: 168, v.6).

³⁸ Material preservado no arquivo particular de Rio Branco que contribui para atribuir a autoria do artigo. Carta de 27/03/1871 em resposta a missiva anterior de 10/02/1871. Curioso notar que do trecho citado subtraiu o seguinte comentário de Osório “... sem embargo, a tática da nossa parte parece que estava na infância.”

da imprensa em Buenos Aires. Em fevereiro de 1874, Paranhos Júnior dedicou uma página inteira do jornal para comentar a repercussão e responder novamente questões sobre a guerra da Cisplatina. Na discussão o articulista de *El Nacional* de Buenos Aires, devolvia as acusações, alegando que era o jornalista brasileiro que falsificava a verdade.

Na sequência, além de reunir todas as referências anteriores e reiterar suas conclusões, contestava os dados apresentados no livro *Historia de Rosas*, de Manoel Bilbao, utilizado na argumentação do periódico argentino. Ao apontar um engano sobre a narrativa de um dos combates retratados, buscava desqualificar a obra e invalidar a contestação do seu opositor (*A Nação*, 12/02/1874: 3). Mais uma vez, discutia as perdas da batalha de Ituzaingó, confrontando dados, questionando as fontes e trocando ofensas. A troca de acusações não parou por aí.

No mês seguinte, *A Nação* transcreveu o artigo “O valor dos brasileiros”, do mesmo *El Nacional*, centrando o debate nas notas de rodapé (*A Nação*, 07/03/1874: 3-4). A publicação ainda reverberava os comentários de dezembro do ano anterior. Recuava sua análise ao passado colonial ressaltando as rivalidades entre espanhóis e portugueses. E, assim, as discussões prosseguiram por alguns números do periódico.

O manuscrito de Seweloh voltou às páginas do jornal em julho de 1874. Por sugestão do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro havia solicitado ao Ministério da Guerra uma cópia da tradução das *Reminiscências* escritas por Seweloh.³⁹ O pedido foi atendido prontamente pelo Ministério, tendo encaminhado a transcrição no mês seguinte. Coube à comissão de redação avaliar o documento para publicação na *Revista do IHGB*, conforme sugestão do 1º secretário. Cabe ressaltar que Paranhos Júnior integrava o quadro de sócios desde 1868 e se mantinha atuante no Instituto.

Em julho de 1874 foi publicado o artigo “História Pátria - A campanha de 1827”, onde Paranhos Júnior comentou o parecer emitido pela comissão e aproveitou para esclarecer alguns pontos sobre as fontes da batalha (*A Nação*, 31/07/1874: 2-3).⁴⁰ Parte da ata do Instituto, transcrita na folha, apresenta a descrição do manuscrito.

³⁹ A proposta foi registrada no mês seguinte à publicação do artigo dedicado à batalha de Ituzaingó em *A Nação*, em setembro de 1873. Trata-se do primeiro artigo mencionado na presente análise, o qual foi publicado em 25/08/1873. A proposta do cônego Fernandes Pinheiro foi apresentada na sessão de 12/09/1873 do IHGB. A ata da referida sessão menciona a leitura e aprovação desta proposta.

⁴⁰ Consta no arquivo do barão do Rio Branco uma minuta inacabada com a continuação deste artigo (AHI L871 M3, doc. 14).

Em seu texto, Paranhos Júnior demonstrou, através da compilação de quadros do exército, que Ladislau Titara havia trocado alguns números ao transpor os dados do documento oficial, observando que Seweloh havia utilizado a mesma fonte nas suas memórias, onde as informações permaneciam fiéis ao original. Desse modo, os estudos que se fundamentaram na obra de Titara acabaram reproduzindo as imprecisões do autor. Este aspecto é de grande importância para a argumentação que desenvolve sobre o combate, uma vez que, permitia refutar os números apresentados por Alvear na sua *Exposición* e possibilitava esclarecer a condição dos imperiais na batalha. A partir desses dados alegava que o Brasil amargou a derrota, mas estava em número e poder de fogo muito inferiores. Assim, ressaltava que a vitória seria improvável e a derrota poderia ser considerada honrada, com o número diminuto do exército brasileiro a resistência oferecida teria sido louvável.

Mais interessante ainda é o manuscrito preservado no arquivo do barão com a retificação de dados deste artigo publicado pelo jornal *A Nação*, onde Paranhos avançou em algumas observações sobre o conflito, apresentando os motivos que atribuía ao fracasso da campanha:

Publicamos os mapas da força total do nosso exército e das milícias em 1827 para mostrar que o principal motivo para o mau êxito da guerra que sustentamos no sul desde 1825 até 1828 foi, além da impopularidade da luta e dos esforços feitos pela oposição na câmara dos deputados e na imprensa para torná-la odiosa aos brasileiros, a ignorância em que se estava a respeito dos recursos de que dispunha o governo de Buenos Aires e o profundo desprezo com que entre nós eram olhados os nossos vizinhos depois das vitórias das sucessivas que havíamos alcançado nas campanhas de 1801, de 1811 a 1812 e de 1816 a 1820. (AHI L871 M3, doc. 14)

Ao comparar os quadros dos exércitos envolvidos no conflito concluía que, apesar das derrotas que vinha sofrendo, o quantitativo da força imperial era crescente, enquanto o inimigo teria sido reduzido à metade no mesmo período. Apresentava estes dados a fim de demonstrar que a situação estaria a favor do governo imperial quando “a Inglaterra impôs aos contendores o trato preliminar de paz de 27 de agosto de 1828.”

Por fim, destacava que ainda que o Império não tenha mantido sob seu domínio o território da Cisplatina, os argentinos também não incorporaram aquela região, identificando estes como verdadeiros perdedores na questão: “os negociadores argentinos vieram, não a receber a joia da Cisplatina, mas a desistir dela: não a sustentar a pretensão da república sobre ela, mas a ceder do direito com que a mesma república se supunha, de inclui-la no seu território; não a ganhar, mas a perder” (AHI L871 M2, doc.14). Em seguida iniciava a apreciação dos

quadros dos exércitos nos anos anteriores de 1825 e 1826, no entanto, não concluiu a análise, deixando essas anotações apenas em minuta no seu arquivo.

O jornal estampou também um necrológio do conde de Porto Alegre, artigo provavelmente da pena de Juca Paranhos (*A Nação*, 19/07/1875: 2-3). Neste período, além dos textos publicados sob a identificação “História Pátria”,⁴¹ o jovem jornalista reservou um espaço para suas notas históricas.

Iniciou o ano de 1875 apresentando aos leitores da folha as “Efemérides históricas do Brasil”. Projeto efêmero que acabou se tornando em uma espécie de ensaio para as *Efemérides Brasileiras* que iria escrever, anos mais tarde, no *Jornal do Brasil*. Ao todo foram publicadas, nas páginas de *A Nação*, quarenta e uma efemérides, nos meses de janeiro e fevereiro de 1875. O formato das pequenas notícias históricas também era utilizado por outros órgãos da imprensa. Desde agosto de 1874, por exemplo, Joaquim Manuel de Macedo escrevia os “pequenos artigos de história pátria” no jornal *Globo*, que logo foram editados em um volume.⁴² Tal qual aconteceria com as *Efemérides Brasileiras* de Rio Branco, mas este é assunto para outro momento.

Sob a denominação “História Pátria” também foram publicadas transcrições do periódico *Rio-Grandense*. Em outubro de 1875 foram selecionados três artigos deste jornal para figurarem nas páginas de *A Nação*. O primeiro texto apresentava uma breve análise da “revolução civil de 1835” iniciada pela ponderação “os protagonistas que figuraram no sanguinolento drama ainda não se extinguiram de todo da cena política, para que possamos com calma e imparcialidade discriminar o justo do verdadeiro” (*A Nação*, 02/10/1875: 2). Em poucas linhas identificava o episódio de 20 de setembro de 1835 como origem da revolução e mencionava a atuação do barão de Caxias como “general pacificador”. Tema ao qual Paranhos Júnior dedicaria futuras pesquisas com a ajuda de seu amigo dos tempos da Faculdade de Direito em São Paulo, Graciano Azambuja.

Dias depois foi transcrito um artigo que homenageava a família Mena Barreto rememorando a trajetória de alguns dos seus membros que atuaram em episódios militares ao

⁴¹ Em setembro de 1874 o jornal publicou uma seção “História” com a transcrição de conferências de Pereira da Silva dedicadas a temas históricos. Publicação iniciada em 05/09/1874. Merece destaque ainda o espaço dedicado a vários artigos publicados com apreciações sobre o livro *Jerusalém* de Pinto de Campos, constando, inclusive, uma crítica de Machado de Assis (*A Nação*, 13/08/1874: 3).

⁴² Em notícia no *Gazeta de Notícias*, Joaquim Manuel de Macedo informava que iria editar em volume os “pequenos artigos de história pátria” que publicava desde agosto de 1874 (*Gazeta de Notícias*, 29/08/1875: 2).

sul (*A Nação*, 12/10/1875: 3). A reverência era dirigida especificamente a José Luiz Mena Barreto, que havia falecido na batalha do Rincão das Galinhas, na guerra da Cisplatina. Além deste, o *Rio-Grandense* mencionava outros nomes repassando, inclusive, episódios da guerra com o Paraguai. Mencionava também a família Lima e Silva, ressaltando a participação de alguns dos seus representantes na história militar. Nas palavras do autor o texto era uma “homenagem à memória dos grandes homens que se sacrificam pela causa comum”. Homenagem compartilhada com os editores de *A Nação* ao ser escolhida para figurar na sua publicação.

Do mesmo modo, o número seguinte do jornal estampava um texto dedicado a dom Pedro I, com breve relato sobre aspectos históricos da constituição do Império (*A Nação*, 13/10/1875: 3). Um longo “Estudo Biográfico” dedicado ao conselheiro João Alfredo, originalmente publicado no jornal *Globo*, também ganhou as páginas de *A Nação*. Outra transcrição de destaque foi o “Perfil histórico biográfico” de João José de Oliveira Junqueira, o primeiro de uma série dedicada aos ministros do gabinete Rio Branco, conforme proposta de Dias da Silva Junior (*A Nação*, 28/07/1875: 2).

As publicações dedicadas a temas históricos conquistaram espaço considerável no jornal *A Nação*, o que não era incomum na imprensa da época, e estava em harmonia com os estudos prediletos de um dos seus editores. A “história pátria” marcou presença no jornal, material que pode ser atribuído à pena de Juca Paranhos, dando lustro ao seu perfil de historiador, que ganhou destaque naquele momento e seria ainda mais comentado depois da edição brasileira da obra *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da república do Paraguai*, do conselheiro prussiano Louis Schneider.

Em fevereiro de 1874 o jornal *A Nação* divulgou a publicação do referido livro, cujo primeiro volume havia sido lançado em Berlim dois anos antes (*A Nação*, 27/02/1874: 2).⁴³ A notícia destacava a pesquisa documental do trabalho, o qual considerava “uma resposta cabal às falsidades e calúnias do coronel Thompson”. O comentário refere-se ao livro *The War in Paraguay*, publicado em Londres, em 1869, escrito por George Thompson, um militar britânico que atuou no exército paraguaio até a tomada de Angostura em 1868. Nesta e em outras ocasiões Paranhos Junior se empenhou em confrontar Thompson, considerado por ele um

⁴³ A obra foi lançada em quatro volumes entre os anos de 1872 e 1875, sendo o quarto volume destinado a publicação do Apêndice “Schriftstücke zur geschichte des Krigesder triple-allianz gegen den dictator Lopes von Paraguay” (Documentos sobre a história da guerra da tríplice aliança contra o ditador Lopes do Paraguai).

detrator do Império. Tal esforço deve-se à repercussão dessa publicação, que se converteu em uma referência recorrente entre leitores europeus.

Diante das considerações sobre a contribuição de Schneider, o artigo sugeria a tradução e divulgação da obra pelo Ministério da Guerra. Em pleno gabinete Rio Branco, a sugestão do filho do visconde, publicada em folha partidária, não foi ignorada pelo ministro Junqueira. No ano seguinte, seria editada a tradução do referido livro, contando com revisão e comentários de Paranhos Júnior. É bem verdade que *A Nação* já havia estampado o primeiro capítulo da *Guerra da Tríplice Aliança*, acompanhado de notas do seu editor.⁴⁴

Os dois primeiros volumes da edição brasileira do livro de Schneider vieram a público nos anos de 1875 e 1876.⁴⁵ A tradução ficou sob responsabilidade de Manoel Thomaz Alves Nogueira, professor do Colégio Pedro II, que havia vertido o manuscrito de Seweloh, em 1871. O histórico desde a publicação da obra em alemão e a repercussão na imprensa brasileira é mencionado no prólogo escrito pelo futuro barão, em que assinalou: “julguei indispensável acompanhá-lo de notas, que, por versarem sobre acontecimentos que há mais de dez anos estudo, me animei a traçar ao correr da pena, como são geralmente compostos os trabalhos destinados à imprensa diária” (RIO BRANCO, 1875: V).

Cabe lembrar que os primeiros escritos de Paranhos Júnior derivam dos seus interesses pelos conflitos no Prata. Ao se dedicar à leitura e à pesquisa sobre o tema, avançou sobre a história da região. E durante a guerra contra o Paraguai acompanhou de perto os desdobramentos do conflito, tendo contribuído com a imprensa no período. Quando tomou conhecimento da obra de Schneider, sem dúvida, vislumbrou a possibilidade de utilizar as informações que vinha reunindo, para tanto soube se valer do espaço que dispunha no jornal.

Considerações Finais – A confluência do jornalista e historiador

A utilização da imprensa como um mecanismo de ação política, amplamente utilizado por organizações e atores, pode ser considerada uma das lições da sua época. Os impressos eram a

⁴⁴ O Capítulo I acompanhado pelos comentários de Paranhos Júnior foi publicado no jornal *A Nação* em novembro de 1874. Para esta publicação foi utilizada a tradução feita para o *Rio-Grandense*, por Carlos von Kozeritz e aproveitada uma breve nota introdutória, que apresentava o autor e a obra.

⁴⁵ Vale lembrar que desde novembro de 1875 Paranhos Júnior não estava mais à frente do jornal *A Nação*, dispondo de mais tempo para se dedicar à edição brasileira da *Guerra da Tríplice Aliança*.

principal forma de validação de ideias e de formação da opinião pública, ao mesmo tempo em que se tornariam importante meio para a ascensão social (MOREL, 2009). Atento à grande valia de se manter uma opinião pública favorável, estando no segundo plano do concerto político, onde seu pai era ministro, Paranhos Júnior pode observar e iniciar a atuação política permitida pela imprensa.

Praticou e desenvolveu a escrita circunstanciada, produzida no afã dos acontecimentos, engajada e comprometida com uma pauta política muito clara, àquela representada pelo visconde do Rio Branco. Mas ao mesmo tempo maturada no processo de escrita, onde demonstrava mais habilidades do que na oratória típica da tribuna parlamentar, cuja performance poderia projetar carreiras políticas.

O exame dos textos analisados ao longo do artigo permite observar a forma como Paranhos inscreveu seu nome no cenário político e legitimou seu lugar no seio da elite letrada. Em pequenas notas ou em textos mais estendidos acompanhava o momento. Respondia críticas lançadas pela oposição ou repercutia notícias favoráveis ao gabinete Rio Branco.

O formato dispensava a reflexão mais densa necessária aos trabalhos de história que tanto idealizava escrever. Desde os primeiros textos que publicou sobre personagens e episódios de história militar anunciava o desejo de produzir uma grande obra. O interesse de Paranhos pela história não era dissociado de questões políticas em pauta, pelo contrário era profundamente orientado pela atuação do visconde do Rio Branco.

Não tardou para que fundisse os dois elementos e trouxesse para as páginas dos periódicos os comentados temas da sua predileção: os estudos históricos. Assim, escreveu os artigos de “História Pátria” e publicou as notas ao primeiro capítulo de Louis Schneider, no jornal *A Nação*. Além de utilizar os argumentos históricos articulados nas apreciações sobre as questões dos conflitos ao sul e das negociações de acordos firmados com os países vizinhos. Ou seja, o conhecimento histórico se configurou importante recurso retórico mobilizado na sua escrita periódica.

As notas à obra de L. Schneider, iniciadas ainda em 1874, evidenciam a abordagem similar à de textos anteriores. A disputa pelo passado recente da guerra e seus desdobramentos está presente em todo trabalho da edição, desde os comentários até as intervenções nas demais seções do livro. Esta publicação contribuiu para consolidação da imagem de erudito e, de tal

forma, passou a ser reconhecido, pelo menos no “pequeno mundo estreito” da elite letrada.⁴⁶ O trabalho com *A Guerra do Tríplice Aliança* virou, então, a referência que definia seu perfil como estudioso, e assim seria até a divulgação dos textos que produziria em 1889, em função da Exposição Universal de Paris, onde mais uma vez mobilizaria a história como valioso recurso na edição de obras de divulgação do Brasil. Às vésperas do 15 de novembro, essas publicações se converteram em um dos últimos retratos do Império.

Vida e produção intelectual não podem ser tratadas “como separadas por uma divisória estanque, nem reduzidas a um único nível” (DOSSE, 2009: 386). A associação entre essas duas dimensões permite observar as nuances desse sujeito. Naquele momento, sem possuir um grande patrimônio nem desfrutar de estabilidade financeira, as incertezas inquietavam o jovem Paranhos. Apesar de dispor de facilidades por ser filho de uma das figuras mais proeminentes da cena política imperial, enfrentou forte resistência para sua designação ao consulado de Liverpool em 1876. Entre as justificativas dos seus apoiadores, a atuação na imprensa e sua dedicação à “história pátria” contribuíram para sua nomeação.

Se não encontrava lugar naquele perfil deveras teatral que animava as galerias da câmara temporária, garantiu espaço ao desenvolver a sua escrita. A sua performance encontrava expressão na palavra impressa.

Fontes

Periódicos⁴⁷

Jornal do Commercio (RJ).

Jornal do Commercio, ano 50, n. 229, 19/08/1871.

Jornal do Commercio, ano 50, n. 246, 05/09/1871.

A Nação (RJ)

A Nação, ano I, n. 1, 03/07/1872.

A Nação, ano I, n. 15, 19/07/1872.

A Nação, ano I, n. 17, 22/07/1872.

⁴⁶ Jean-François Sirinelli (1996) em seu texto “Intelectuais” recorre à expressão de Sartre “pequeno mundo estreito”, na sua análise diante das dificuldades para definição do termo intelectual e do grupo que constituem, um grupo de contornos vagos, de limites imprecisos.

⁴⁷ Os periódicos foram consultados através da Hemeroteca Digital Brasileira da FBN, exceto a coleção da revista *L'illustration: journal universel* que foi acessada através do site <https://www.hathitrust.org/>.

- A Nação*, ano I, n. 18, 23/07/1872.
A Nação, ano I, n. 19, 24/07/1872.
A Nação, ano I, n. 20, 25/07/1872.
A Nação, ano I, n. 52, 02/09/1872.
A Nação, ano I, n. 125, 23/11/1872.
A Nação, ano I, n. 154, 28/12/1872.
A Nação, ano II, n. 1, 02/01/1873.
A Nação, ano II, n. 143, 19/07/1873.
A Nação, ano II, n. 173, 25/08/1873.
A Nação, ano II, n. 174, 26/08/1873.
A Nação, ano II, n. 211, 09/10/1873.
A Nação, ano II, n. 214, 13/10/1873.
A Nação, ano II, n. 274, 27/12/1873.
A Nação, ano III, n. 26, 04/02/1874.
A Nação, ano III, n. 33, 12/02/1874.
A Nação, ano III, n. 44, 27/02/1874.
A Nação, ano III, n. 51, 07/03/1874.
A Nação, ano III, n. 169, 31/07/1874.
A Nação, ano III, n. 180, 13/08/1874.
A Nação, ano IV, n. 68, 06/04/1875.
A Nação, ano IV, n. 153, 19/07/1875.
A Nação, ano IV, n. 161, 28/07/1875.
A Nação, ano IV, n. 211, 12/10/1875.
A Nação, ano IV, n. 212, 13/10/1875.
A Nação, ano IV, n. 213, 02/10/1875.
A Vida Fluminense (RJ)
A Vida Fluminense, ano I, n.45, p. 6, 07/11/1868.
A Vida Fluminense, ano VIII, n. 384, 08/05/1875.
A Vida Fluminense, ano VIII, n. 385, de 15/05/1875.

Impressos

- CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA (2012). Caderno CDHDD. Ano 11, n. especial, segundo semestre.
- LEVASSEUR, E. *O Brasil (2000)*. Rio de Janeiro: Bom Texto Ed.; Letras & Expressões.
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do (2012). *Obras do barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG. 10 v.
- SCHNEIDER, Louis (1875-76). *A guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, Republica Argentina e Republica Oriental do Uruguay) contra o governo da Republica do Paraguay. (1864-1860) com cartas e planos*. Rio de Janeiro: Typ. Americana. 2 v.

Manuscritos

- HERVAL, Manuel Luís Osório, marquês do (1871). Carta ao visconde do Rio Branco. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, AHI L871 M2, doc. 7. (Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI, Rio de Janeiro).
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do (s.d.). História Pátria. Minuta de artigo para o jornal *A Nação*. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, AHI L871 M3, doc. 14. (Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI, Rio de Janeiro).
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do (s.d.). Combates de Vacacahy e Ombû em 13 e 15 de fevereiro. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, AHI L871 M2, doc. 15. (Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI, Rio de Janeiro).
- RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do (s.d.). Notas sobre manifestação de Raimundo J. da Cunha Matos. Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, AHI L871 M2, doc. 39. (Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI, Rio de Janeiro).

Referências Bibliográficas

- CARDIM, E. (1945). A imprensa na vida e na obra de Rio Branco. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 188, jul.-set. pp. 123-137.
- CARVALHO, E. S. de (2024). *O barão do Rio Branco: histórias inacabadas*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, J. M. de (2000). História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, dez.
- CARVALHO, J. M. de (2010). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DOSSE, F. (2009). *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp.
- GAUKROGER, S. (1999). *Descartes: uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto.
- LINS, Á. (1995). *Rio Branco (biografia)*. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (org.) (2008). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- MOREL, M. (2009). Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, L. M. B. P das (org.). *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp.153-184.
- NASCIMENTO, L. do (1962). *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Arquivo Público; Imprensa Oficial. 4 v.
- OLIVEIRA, J. J. M. Recordações históricas que se prendem especialmente a campanha de 1827... *Revista do IHGB*, t. 23, 1860, p. 497- 584.

- PASCUAL, A. D. de (1864). *Apuntes para la historia de la República Oriental del Uruguay desde el año 1810 hasta el de 1852*. Paris: Th. Ducessois, 2v.
- PEIXOTO, L. A. (1871). *Apontamentos para a história: o visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial Instituto Artístico.
- REBOUL, O. (2004). *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- SAIANI, R. C. S. (2018). *O publicista oculto: o barão do Rio Branco e a imprensa (1889-1902)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.
- SANTOS, L. C. V. G (2018). *Juca Paranhos: o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SIRINELLI, J-F. (1996). Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV.
- SODRÉ, N. W. (1983). *A história da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes.
- TITARA, L. S. (1852). *Memórias do Grande Exercito Aliado Libertador do Sul da América, na guerra de 1851 a 1852, contra os tiranos do Prata*. Rio Grande do Sul: Typ. Berlink.
- VARGAS, F. A. (2017). *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: FUNAG.
- VIANA FILHO, L. (1959). *A vida do barão do Rio Branco*. São Paulo: Martins.